

Senadores já encaminham enquadramento de Zélia

Senado Federal
JORNAL DE BRASÍLIA

07 JUN 1990

Os senadores Jamil Haddad (RJ) e José Paulo Bisol (RS), ambos do PSB, vão impetrar hoje ação no Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando o enquadramento da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em crime de responsabilidade. Eles argumentam que a ministra deixou de cumprir o que determina a Constituição, ao se negar a enviar ao Senado os nomes de todas as pessoas que sacaram quantia superior a NCz\$ 500 mil nos bancos, entre os dias 15 de fevereiro e 13 de março.

Os dois parlamentares decidiram recorrer ao STF antes da decisão do Plenário do Senado sobre o enquadramento da ministra porque, segundo Haddad, a intenção do Presidente da Casa, Nelson Carneiro, é ganhar tempo. "Se ficar por conta da Presidência da Casa, a Copa do Mundo terá passado e ainda estaremos discutindo aqui se a ministra deve ou não ser enquadrada em crime de responsabilidade", disse ele. Para Jamil Haddad, o prazo de Zélia Cardoso de Melo terminou no dia 29. Desse tempo para cá, o que houve foram manobras diversas para evitar que a lista dos que sacaram dinheiro chegasse às mãos dos senadores. "Não há mais dúvida de que as informações vazaram de todo jeito. O rei está nu e os súditos também", afirmou o senador.

Eris

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, deixou claro ontem, durante seu depoimento à Comis-

são de Finanças do Senado, que somente irá quebrar o sigilo bancário e enviar os dados sobre os saques acima de NCz\$ 500 mil feitos entre 15 de fevereiro e 15 de março, caso a quebra do sigilo bancário seja aprovada em plenário do Senado, da Câmara ou de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Este foi o parecer jurídico do BC, que será seguido por Eris, que entende que pela Lei 4.595, que instituiu a reforma bancária em 1962, o sigilo só pode ser quebrado se o pedido de informação for feito pelo plenário da Câmara, Senado ou CPI.

Zélia

Desse modo, ficará quase impossível para a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, cumprir a determinação do Senado de enviar, em quatro dias, os dados sobre os saques. A decisão de Eris de não quebrar o sigilo atendendo à solicitação individual do senador Jamil Haddad (PSB/RJ) de conceder as informações sobre os saques, provocou uma discussão entre o presidente do BC e o senador, presente a seu depoimento. "O governo está se recusando a fornecer informações aos representantes do povo", esbravejou Haddad.

O senador ponderou ainda que a polícia Federal teve acesso aos dados sobre fraude e pôde, desta forma, prender seis empresários, na quarta-feira, em São Paulo. Eris disse que o Banco Central não forneceu os dados. Eles foram obtidos pela Polícia Federal na Justiça, segundo Eris.